

Cotação

- Dólar: R\$ 5,10
- Euro: R\$ 5,83



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Segunda-feira • 20 de Julho de 2026

CLIPPING

Efemérides

Hoje	21 de Julho
• Dia do Amigo e Internacional da Amizade • Dia da 1ª Viagem à Lua (1969)	• Dia dos Mortos da Marinha

Agenda do dia

Hoje	21 de Julho
• Sem agenda	• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • TV Câmara de Caraguatatuba • Jornal Atos • Litoral em Pauta • Expressão Caiçara • Pé na Areia News Litoral Norte • Fala Caraguá • Diário Caiçara • Notícias do Litoral Norte • Jornal Agora Litoral Norte • Litoral em Pauta • Ubatuba Times • Notícias das Praias • Rock News Litoral • Jornal do Litoral • Bom Dia Vanguarda • Link Vanguarda • Band Cidade

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
Jornal Atos.....	11
Jornal Atos.....	12
Câmara de Caraguatatuba conclui primeira etapa de convocação dos aprovados em concurso público 📋👉	13
Cotidiano.....	14
🎉 Domingo é dia de Rua da Família em Caraguatatuba! 🌴👨👩.....	14
💍❤️ Um novo melhor amigo pode estar esperando por você!.....	15
Caraguatatuba reorganiza UPA Centro e reduz tempo de atendimento de pacientes de baixa complexidade.....	16
Caraguatatuba inaugura Centro de Atendimento ao Migrante; prefeitura amplia acolhimento e acesso a direitos.....	17
Módulo inicia curso de Medicina em Caraguatatuba neste segundo semestre de 2026 🧐✨.....	18
Parque do Juqueriquerê abre inscrições para programa de voluntariado 👉😊.....	19
Questionário on-line da Avaliação Psicossocial dos servidores da Prefeitura de Caraguatatuba termina dia 31.....	20
VAGAS DISPONÍVEIS NO PAT - 20.07.26.....	21
Esporte.....	22
Tenista de Caraguatatuba, Igor Marcondes, enfrenta italiano no qualificatório da Finlândia.....	22
Geral.....	23
👮🚓🚗 Duas mulheres são flagradas vendendo drogas no Perequê-Mirim, em Caraguatatuba.....	23
AFOGAMENTO EM PRAIA 🌊.....	24
Reportagens Passadas.....	25
Reportagem no Bom Dia Vanguarda.....	25
Reportagem no Link Vanguarda.....	26
Reportagem no programa Band Cidade - 1ª Edição.....	27
Clipping Eletrônico.....	28
Reportagem com o vereador Marcelo Pereira, para TV Câmara de Caraguatatuba.....	28

Política

Folha de São Paulo

FOLHA105

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2026 A8

Disputas internas pressionam partidos em ao menos 9 estados antes do registro das chapas

PL aguarda definição de Cleitinho em MG e tem pendências no CE, ES e AC; candidatos de União Brasil e PP disputam Senado em PE e MA

João Pedro Pitombo

SALVADOR As convenções partidárias começam nesta segunda-feira (20) em meio a tensões partidárias em ao menos nove estados, com embates internos, rixas entre líderes locais e indefinições na escolha de candidatos ao governo e ao Senado.

O quadro eleitoral nos estados será definido até 5 de agosto, data final para que as candidaturas sejam formalizadas. Caso não haja consenso, a palavra final será dos partidos conforme previsto em seus estatutos, o que pode variar entre disputa na convenção ou decisão do diretório nacional.

Sob a mesma federação, que obriga que as legendas estejam juntas por ao menos quatro anos, União Brasil e PP têm pendências em quatro estados. A indefinição persiste mesmo após esforços da cúpula nacional e uma reorganização interna que resultou na perda de quadros históricos.

Em dois estados do Nordeste, líderes das siglas se digladiam em torno da escolha dos candidatos às duas vagas no Senado.

Em Pernambuco, o deputado federal Eduardo da Fonte (PP) e o ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho (União Brasil) disputam uma vaga na chapa da governadora Raquel Lyra (PSD).

Eduardo da Fonte tem o comando da federação em Pernambuco, cuja executiva estadual definiu que ele é o candidato. Mas Miguel Coelho sinaliza que tem a preferência da governadora, com quem tem participado de agendas conjuntas.

"Sempre soube que quem monta chapa e escolhe candidato é a líder do processo, nesse caso a governadora", afirma Miguel Coelho. Ele também lembra que, quando não há unanimidade nas decisões, a palavra final cabe ao comando nacional.

A divisão é ainda mais profunda no Maranhão, onde os deputados federais André Fufuca (PP) e Pedro Lucas Fernandes (União Brasil) se lançaram pré-candidatos ao Senado por chapas diferentes.

Fufuca aliou-se a Eduardo Braide (PSD), que vai liderar a principal chapa de oposição ao governador Carlos Brandão (MDB). Caso prevaleça, o ex-ministro dos Esportes deve dar um verniz lulista à chapa, que terá o senador Lelesio Bonfim (Novo) na outra vaga ao Senado.

Pedro Lucas, por outro lado, confirmou sua pré-candidatura no arco de alianças de Orleans Brandão (MDB), sobrinho do governador.

A tendência é que ambos man-



Ciro Nogueira (PP), líder da federação que tem pendências em quatro estados. Pedro Ladeira - 19 ago. 25/Folhapress

tenham suas candidaturas ao Senado e a federação permaneça oficialmente neutra em relação à disputa pelo governo.

Em Roraima, que vive um cenário turbulento após a cassação do governador Edilson Damião (União Brasil), a sigla se dividiu entre as candidaturas ao Senado de Pastor Isamar Ramalho e Tânia Soares. Esta última é cunhada de Antonio Denarium, ex-governador que está inelegível por abuso de poder político e econô-

mico nas eleições de 2022.

A legenda deve ser uma espécie de fiel da balança na disputa pelo governo. Isamar deve apoiar o governador em exercício Soldado Sampaio (Republicanos), enquanto Tânia é mais próxima de Arthur Henrique (PL), ex-prefeito de Boa Vista.

Em Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil) deixou o governo em abril após sete anos de mandato para concorrer ao Senado, mas não conseguiu prevalecer dentro do partido na sua decisão de apoiar o seu então vice e hoje governador Otaviano Pivetta (Republicanos).

A tendência é que o União Brasil referende em convenção a candidatura do senador Jayme Campos ao governo, mas libere seus filiados para apoiar Pivetta, caso assim desejem.

O PSD, que lidera a oposição no estado, também vive uma disputa interna. A médica Natasha Silhesarenko foi lançada pré-candidata ao governo, mas o ex-prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro decidiu pleitear a vaga. A chapa terá o apoio do PT e dará palanque ao presidente Lula.

Continua na pag. A10



Sempre soube que quem monta chapa e escolhe candidato é a líder do processo, nesse caso a governadora

Miguel Coelho (PSD)
pré-candidato ao Senado

Folha de São Paulo

Condenação de Bolsonaro embasa veto a visitas, mas alcance é questionado

Parte dos especialistas avalia que natureza dos crimes do ex-presidente justifica medidas; outros acadêmicos entendem que decisão poderia ter sido menos proibitiva

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Especialistas ouvidos pela Folha se dividem sobre a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de proibir que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) receba visitas com finalidade político-eleitoral ou divulgue manifestos até o término das eleições.

Parte deles entende que a decisão é bem fundamentada, uma vez que Bolsonaro teve os direitos políticos suspensos com o trânsito em julgado da condenação por liderar uma tentativa de golpe. Outra parte entende que as novas medidas foram amplas e proibitivas demais.

Na sexta (17), Moraes proibiu as visitas a Bolsonaro com finalidade política-eleitoral, até o término das eleições, e a divulgação de manifestos políticos-eleitorais por qualquer meio, inclusive por intermédio de terceiros.

O juiz também suspendeu o direito de visita a Bolsonaro por trinta dias, com exceção de médicos, fisioterapeutas e advogados. O magistrado manteve a proibição de visita por noventa dias do senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em razão de descumprimento de medida cautelar no dia 11 de julho, quando o político divulgou carta

do pai aos brasileiros.

Para o especialista em direito eleitoral Alberto Rollo, a nova decisão de Moraes está mais bem fundamentada por mencionar a suspensão de direitos políticos como base para as restrições de comunicação político-eleitoral do ex-presidente.

Rollo explica que a suspensão de direitos políticos derivada da condenação criminal transitada em julgado está prevista no artigo 15 da Constituição. Por isso, além de afetar o direito de votar e ser votado, interfere no direito às manifestações políticas.

"Quando o sujeito tem condenação criminal transitada em julgado, o que é o caso, ele está com os direitos políticos suspensos. Portanto, ele não pode fazer manifestação política. Aí vai incluir cartas, gravações, vídeos, entrevistas e visitas", diz Rollo.

Ele explica que o cenário do trânsito em julgado é um dos itens que diferencia o caso daquele vivido pelo ex-presidente Lula, quando esteve preso em 2018. Ao contrário de Jair Bolsonaro, a condenação do petista ainda não havia transitado em julgado, por isso Lula não teve todos os direitos políticos suspensos.

Soma-se a isso o fato de que Lula não tinha medidas cautelares que restringiam a comunicação.



O ministro Alexandre de Moraes em sessão da Primeira Turma do STF. Pedro Ladeira - 16 jun 26/Folhapress

Bolsonaro tem restrições complementares à prisão domiciliar porque não está cumprindo o regime fechado e em razão da natureza dos crimes cometidos, vinculados ao uso das redes sociais.

Para Rollo, entretanto, foi excessiva a restrição de visitas por 30 dias. O ideal, afirma, é que parentes fossem autorizados, ainda que com mais fiscalização.

Segundo Juliana Izar Segalla, pós-doutora em democracia e direitos humanos pela Univer-

sidade de Coimbra e professora da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná), as medidas encontram respaldo legal e foram uma resposta razoável ao descumprimento das cautelares.

"A reiteração em descumprir decisões judiciais por Bolsonaro e seus filhos demonstra que eles continuam a desrespeitar as instituições e o Estado Democrático de Direito. A consequência pelo descumprimento da cautelar, quando o ex-presidente escreve a 'Carta aos brasileiros', e seu filho a divulga nas redes sociais, poderia ter sido mais gravosa, com a determinação de sua volta ao cumprimento da pena em regime fechado", afirma Segalla.

Já Luisa Ferreira, professora de direito penal da FGV-SP, diz entender que a suspensão de direitos políticos não limita a manifestação política do condenado. Por isso, ela considera que as decisões de Moraes foram amplas e proibitivas demais.

"Uma coisa é vedar o ataque às instituições. Manifestações lícitas que cumpram as regras eleitorais não deveriam ser proibidas. A suspensão do direito político não impede de dizer quem ele [Bolsonaro] apoia politicamente. Não deveria atingir nesse grau a liberdade de manifestação."

Ferreira concorda haver diferenças entre o caso do ex-presidente e de Lula em 2018, assentadas no trânsito em julgado e na presença de medidas cautelares. "Seria leviano dizer que existe uma diferença de tratamento entre os dois sem considerar as diferenças dos casos, mas isso não significa que eu entenda que o que Moraes decidiu seja juridicamente válido contra o Bolsonaro".



Diferenças dos casos de Lula e Bolsonaro

- Crimes pelos quais foram condenados
- Instância judicial
- Local do cumprimento de pena
- Medidas cautelares

Folha de São Paulo

FOLHA105

TCU quer aumento de até 40% de penduricalhos após liberar supersalários fora do teto

Tribunal propõe ao Congresso reajuste de até 35% em gratificações de chefia com impacto anual de R\$ 27,7 mi; maior bônus é de R\$ 12,1 mil

Guilherme Pimenta
e Adriana Fernandes

BRASÍLIA No mesmo dia em que liberou remunerações acima do teto constitucional a servidores da Câmara, do Senado e do próprio tribunal que ocupam cargos de chefia e direção, o TCU (Tribunal de Contas da União) encaminhou ao Congresso um projeto de lei para aumentar em 35% a 40% o valor dos penduricalhos pagos a esses postos na corte.

A proposta prevê impacto anual de R\$ 27,7 milhões a partir de 2027 e a maior gratificação chega a R\$ 12,13 mil. Penduricalho é uma designação popular para as verbas extras, como gratificações, auxílios e indenizações adicionados ao salário-base, que ficam excluídas do cálculo do teto salarial do funcionalismo.

O envio do projeto, cujo texto foi obtido pela **Folha**, amplia um movimento da corte para elevar a remuneração de seus servidores que exercem funções de confiança. Também na quarta-feira (15), os ministros decidiram que a parcela recebida pelo exercício de cargos de chefia e direção deve ser submetida ao teto separadamente do salário do cargo efetivo.

Na prática, a mudança permite que a remuneração ultrapasse o limite em situações em quais hoje a gratificação é absorvida pelo chamado abate-teto.

A decisão contrariou parecer da área técnica do próprio tribunal e atendeu a uma reivindicação defendida por lideranças do Congresso, como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que pressionaram ministros do TCU por essa decisão, como revelou a **Folha** na semana passada. Para um integrante da corte de contas, que falou na condição de anonimato, a decisão abriu caminho para um novo superpenduricalho.

Pelo projeto, que é assinado pelo presidente do TCU, Vital do Rêgo, a gratificação mais alta (FC-8) subiria de R\$ 8.987 para R\$ 12.133, enquanto a menor (FC-1) passaria de R\$ 1.554 para R\$ 2.176. O reajuste alcança as 913 funções de confiança existentes na estrutura do tribunal e produziria efeitos financeiros a partir de janeiro de 2027. O nível com maior quantidade de verba extra é o FC-3 com 313 gratificações. O valor para esse grupo subiria de R\$ 3.930,84 para R\$ 5.503,48.

Na exposição de motivos, o tribunal afirma que os valores pagos atualmente estão defasados em comparação com Câmara, Senado e Executivo. A corte sustenta que a atualização é necessária para tornar os cargos de chefia mais atrativos, reter servidores



O Tribunal de Contas da União, em Brasília. Gabriela Bilié - 14.abr.23/Folhapress

qualificados e adequar a remuneração ao aumento da complexidade das atividades desempenhadas pelo órgão, como fiscalizações de grandes contratos, governança e transformação digital. Procurada pela **Folha**, a assessoria do TCU não fez comentários adicionais.

O TCU também argumenta que a proposta não cria novas funções nem amplia a estrutura do tribunal, limitando-se à recomposição dos valores previstos em lei, e afirma que a despesa é compatível com sua capacidade orçamentária e financeira.

A decisão do TCU já começou a produzir efeitos imediatamente. Também na quarta-feira (15), a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, determinou o cumprimento do acórdão a partir da folha de julho, com pagamento em folha suplementar.

Na última quarta (18), o ministro-relator, Walton Alencar Rodrigues, votou para não levar a representação do sindicato dos servidores do Congresso e do TCU adiante. Ele afirmou que entida-

des sindicais "não são legítimas para representar ao tribunal, conforme no rol taxativo previsto no regimento interno do TCU". No entanto, foi derrotado pelos demais oito ministros que participaram do julgamento.

O julgamento ocorreu meses depois de uma decisão do ministro Flávio Dino, do STF, que reorganizou o tratamento das verbas pagas à magistratura e ao Ministério Público. Ministros do Supremo viram a decisão do TCU como um retrocesso no debate.

Nos bastidores, a decisão do TCU foi vista como uma resposta do tribunal ao veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto que visava elevar os salários dos servidores da corte.

Na exposição de motivos da lei encaminhada ao Congresso esta semana, Vital do Rêgo disse que a "disparidade" entre os salários dos técnicos da corte e do Congresso disparidade "foi agravada pelo veto parcial ao projeto, especificamente nos dispositivos onde se previa a correção sucessiva das funções de confiança do tribunal, o qual impediu a implementação da política de atualização escalonada das funções de confiança então proposta".

"Os ocupantes dessas funções assumem responsabilidades que transcendem as atribuições inerentes aos cargos efetivos, respondendo pela condução de equipes altamente especializadas, pela gestão de riscos institucionais relevantes e pela entrega de resultados que impactam diretamente a qualidade do controle exercido pelo Tribunal", escreveu o presidente do TCU.

O TCU tem permissão para enviar projetos de lei sobre sua própria organização, funcionamento e remuneração de seus servidores diretamente ao Congresso.



Os ocupantes dessas funções assumem responsabilidades que transcendem as atribuições inerentes aos cargos efetivos

Vital do Rêgo
presidente do TCU
em exposição de
motivos do projeto

Folha de São Paulo

O desvirtuamento do Minha Casa Minha Vida

Governo Lula estuda incluir a classe média no programa originalmente criado para atender a população de baixa renda, e tudo isso com juros artificialmente baixos

Concebido em 2009 para viabilizar o acesso da população de baixa renda ao imóvel próprio, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) vem sistematicamente sendo desviado de seus propósitos ao longo dos anos.

Como nem o céu parece ser o limite, agora o governo estuda ampliar, a pedido das construtoras, os valores já elevados da faixa 4 do programa, lançada no ano passado para atender não os mais pobres, mas a população de classe média.

Pela proposta em análise, à qual a *Coluna do Broadcast* teve acesso, a ideia é que o limite de renda familiar da faixa em questão passe dos atuais R\$ 13 mil para R\$ 21 mil. Além disso, o teto do valor dos imóveis financiados pode dobrar: de R\$ 600 mil para R\$ 1,2 milhão.

Caso sejam confirmadas, as mudanças dos limites da faixa 4 resultarão na maior expansão da história do MCMV. E tudo isso a juros artificialmente baixos.

De acordo com a proposta em estudo, cogita-se também a redução dos juros e a criação de faixas intermediárias dentro da faixa 3 – que atende famílias cuja renda vai de R\$ 5 mil a R\$ 9,6 mil –, hoje cobrados a 8,16% ao ano. Pela proposta, os novos juros ficariam em 6,66% (para renda entre R\$ 5 mil e R\$ 6 mil), 7,16% (entre R\$ 6 mil e R\$ 7 mil) e 7,66% (entre R\$ 7 mil e R\$ 9,6 mil).

Já a faixa 4 seria dividida em três, com juros reduzidos dos atuais 10% ao ano para níveis menores, a depender da renda: 8,66% (até R\$ 13 mil), 9,16% (até R\$ 15 mil) e 10% (até R\$ 21 mil).

Ao contrário da faixa 4, que é financiada com recursos do Fundo Social do

Pré-Sal, as demais categorias do MCMV são viabilizadas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quaisquer reduções adicionais de juros aqui podem comprometer a liquidez e a rentabilidade média do FGTS, que, a exemplo do MCMV, desvia-se cada vez mais de sua função original. Tornou-se hábito de vários governos recorrer ao FGTS quando a coisa aperta.

Como o lançamento da faixa 4 com os valores vigentes não foi o suficiente para atender às necessidades da classe média, que se ressentiu dos juros altos, busca-se agora um novo e expressivo redesenho do programa.

A intenção é seduzir a classe média, que enfrenta cada vez mais dificuldade para consumir ou adquirir a sonhada casa própria porque a taxa básica de juros, a Selic, está nas alturas. Em vez de ajudar a fazer com que a inflação finalmente convirja para a meta, o que permitiria que o Banco Central (BC) aliviasse o torniquete monetário, a gestão petista acelera os gastos (que Lula chama de “investimentos”), forçando o BC a elevar ainda mais os juros. A Selic encontra-se acima de dois dígitos desde 2022 e assim deve permanecer por muito tempo, já que o governo age como uma espécie de Banco Central paralelo, lançando mão de uma série de programas de financiamento subsidiado que só reduzem o estoque de crédito sensível aos juros oficiais.

Programas de crédito como os voltados a caminhoneiros, motoqueiros e a possível ampliação da faixa do MCMV destinada à classe média, entre tantos outros, só tornam ainda mais árdua a tarefa do BC de domar a inflação. No Brasil, o juro alto tornou-se um projeto de Estado.

A potencial elevação dos limites do MCMV é também perversa porque oferece uma solução errada para um problema verdadeiro. Há tempos a classe média vem se endividando a juros escorchantes para realizar seus sonhos de adquirir bens de valor mais alto, como imóveis e veículos. Em vez de promover políticas que resultem na queda sustentável de juros no longo prazo, porém, o governo Lula, evidentemente estimulado pelo calendário eleitoral, prefere oferecer o atalho dos juros subsidiados.

Ampliar os limites do MCMV não só vai na direção contrária da queda dos juros de referência como cria incentivos para que novas e mais faixas de financiamento sejam vendidas como solução para a questão da moradia.

O resultado é só um: imóveis ainda mais caros para uma classe média cada vez mais sufocada e juros mais altos por mais tempo para todo mundo.

E quem mais sofre com a Selic nas alturas são justamente aqueles a quem supostamente o MCMV deveria ajudar: os mais pobres. É entre eles que se concentra 90% do déficit habitacional do País. ●

O Estado de São Paulo

Eleições 2026

Em mais um gesto à direita brasileira, Milei vai se reunir com Tarcísio em SP

Presidente da Argentina desembarca no País para participar da convenção do PL que confirmará a candidatura de Flávio ao Planalto; Moraes barrou visita a Bolsonaro

BIANCA GOMES
PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Em sua segunda visita ao Brasil desde que se tornou presidente da Argentina, em dezembro de 2023, Javier Milei terá um encontro com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), no próximo sábado. O argentino desembarca no País para participar da convenção nacional do Partido Liberal (PL) que vai oficializar a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (RJ) à Presidência da República.

Segundo apurou o **Estadão**, a iniciativa do encontro partiu do próprio governo argentino. A previsão é de que Milei chegue ao Brasil na noite do dia 24 e se encontre com Tarcísio no Palácio dos Bandeirantes para um café da manhã no dia seguinte ou após a convenção, marcada para começar às 10h no Mercado Pago Hall, espaço localizado no estádio do Pacaembu.

Procurada para comentar o encontro, a Embaixada da Argentina não se manifestou. A reportagem também perguntou à embaixada e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil se há previsão de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pasta afirmou que não houve qualquer comunicação oficial ao governo brasileiro sobre a visita.

Ao anunciar a vinda ao Brasil, Milei não fez menção a um encontro com Lula. Disse, por outro lado, que pretendia visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está em prisão domiciliar, em Brasília, condenado pela trama golpista.

Na sexta-feira, a defesa de Bolsonaro pediu autorização ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para o ex-presidente receber Milei, mas a solicitação



Javier Milei, presidente da Argentina, busca ampliar o bloco de governos de direita na América do Sul

ção foi negada. Bolsonaro está proibido de receber visitas (*mais informações nesta página*).

DISTÂNCIA. Assim como Milei, Tarcísio participará da convenção do PL. A expectativa é de que o governador faça um discurso em apoio à candidatura de Flávio. Apesar do gesto, Tarcísio deve se manter distante

Governo Lula
Itamaraty afirmou que não houve qualquer comunicação oficial sobre visita de Milei

do dia a dia da campanha presidencial, diferentemente do que fez com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), na eleição municipal de 2024.

Como mostrou o **Estadão**, aliados afirmam que o governador de São Paulo ajudará Flávio até o limite em que isso não represente um risco à sua própria reeleição. A alta rejeição do se-

nador nas pesquisas e a sequência de crises envolvendo o presidencialismo e seus aliados acenderam um alerta na campanha de Tarcísio, que demonstra preocupação com os efeitos da associação entre os dois sobre o projeto de reeleição.

Este será o terceiro encontro entre Milei e Tarcísio. O chefe do Executivo paulista foi à posse do argentino em 2023 e voltou a encontrá-lo em julho de 2024, durante a edição brasileira da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC Brasil), organizada pelo deputado federal cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em Balneário Camboriú (SC). Na ocasião, Tarcísio recebeu Milei na entrada do hotel ao lado de Bolsonaro.

Tarcísio costuma citar a política econômica de Milei como uma inspiração a ser seguida pelo Brasil. Em um evento no ano passado, afirmou que o presidente argentino conseguiu cortar gastos públicos, reduzir a inflação e atrair capital

estrangeiro para a Argentina.

Nos bastidores, o encontro de Milei com Tarcísio, principal governador de oposição a Lula, e a participação dele no lançamento da candidatura de Flávio são tratados como mais um gesto do argentino na tentativa de ampliar o bloco de governos de direita na América do Sul. O Brasil é o maior país da região governado pela esquerda.

ROTEIRO. Após a visita ao Brasil, Milei prestigiará as cerimônias de posse de Keiko Fujimori e Abelardo de la Esparilla, agendas marcadas para 28 de julho e 7 de agosto. Presidentes recém-eleitos do Peru e da Colômbia, respectivamente, eles vão suceder a líderes de esquerda em seus países.

Em um sinal de que o alinhamento da direita sul-americana em relação à eleição brasileira pode ser ainda maior, uma fonte relatou à reportagem que há a expectativa de que o presidente do Chile, José Anto-

nio Kast, participe da convenção do PL, no domingo.

Em março, Kast convidou Flávio para sua posse, causando ruídos com o governo Lula, que desistiu da ida do presidente à solenidade no Chile. Político conservador, o chileno tem relação muito próxima com a família Bolsonaro.

'MARÉ AZUL'. Milei fez referência a uma onda de direita no continente no fim de junho, quando publicou uma foto ao lado de Flávio nas redes sociais. Na ocasião, eles se reuni-

Peru e Colômbia
Depois da visita ao Brasil, argentino irá às posses de Keiko Fujimori e de Abelardo de la Esparilla

ram por cerca de uma hora na Quinta de Olivos, residência oficial da presidência argentina. "Está vindo a maré azul para o Brasil, pelas mãos de Flávio Bolsonaro!!! VLLC!", escreveu Milei. A sigla representa as iniciais do slogan que, traduzido, lê-se "Viva a liberdade, caralho".

Ao discursar na CPAC em Balneário Camboriú, Milei criticou o que chamou de "governos socialistas" que administraram a América Latina nas últimas décadas e disse que Bolsonaro era vítima de perseguição judicial. Naquela semana, o ex-presidente havia sido indiciado pela Polícia Federal no caso das joias sauditas, revelado pelo **Estadão**.

Em março, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu o arquivamento da investigação sob o argumento de que a legislação não é clara sobre a propriedade de um item presenteado em razão do cargo. O Supremo ainda não tomou uma decisão sobre o pedido. ●

O Estado de São Paulo

ESPAÇO ABERTO

STF – o risco da desmoralização institucional

Carlos Alberto Di Franco

Poder não é sinônimo de autoridade. Poder pode ser imposto. Autoridade, não. Ela é construída lentamente. Nasce da coerência moral, do respeito à lei, da fidelidade às próprias decisões e da confiança pública. Quando o poder se distancia da autoridade, instala-se um desequilíbrio perigoso. E esse descompasso cobra um preço elevado: a erosão da credibilidade institucional.

O Supremo Tribunal Federal (STF) detém enorme poder. É a instância máxima do Judiciário, guardião da Constituição e árbitro final dos conflitos institucionais. Seu peso é indiscutível. O problema não está no poder que exerce, mas na autoridade que, progressivamente, vem perdendo. Autoridade não se decreta: conquista-se. E também pode ser perdida. A crise que hoje envolve o STF não resulta apenas de ataques externos ou de campanhas de deslegitimação. Ela nasce, sobretudo, de dentro. Decorre de decisões controversas, do protagonismo crescente de alguns ministros, de interpretações excessivamente elásticas da Constituição e da percepção, cada vez mais disseminada, de que a Corte abandonou a disciplina para ocupar o centro do palco político. Quando juízes passam a agir como protagonistas da disputa política, a toga perde

parte de sua força simbólica.

Nenhuma instituição se sustenta apenas pela força dos cargos que ocupa. A história demonstra que os grandes tribunais consolidam sua legitimidade pelo exemplo, pela prudência, pela previsibilidade e pela fidelidade às regras que exigem dos demais. Quando o poder fala mais alto do que a autoridade, instala-se um ruído institucional que compromete a harmonia entre os Poderes e enfraquece a confiança da sociedade.

Em recente editorial, o *Estado* (*Desmoralização institucional*, 10/7, A3), com clareza e responsabilidade, colocou o dedo na ferida de uma Corte aprisionada pelas próprias contradições. Vale reproduzir alguns trechos.

O ministro Alexandre de Moraes, registra o jornal, "ameaçou os presidentes de sete Tribunais de Justiça – Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia – com afastamento do cargo, além de responsabilização penal, civil e disciplinar, caso não comprovem que o pagamento de penduricalhos autorizados por eles em abril e julho deste ano respeitou o teto constitucional". Em seguida, o editorial pergunta: "Mas a que teto se refere Sua Excelência? Porque o próprio STF, lembremos, desmoralizou aquele que a Consti-

O problema não está no poder que o Supremo exerce, mas na autoridade que, progressivamente, vem perdendo

tuição define em português legível no artigo 37, inciso XI". Prossegue o editorial: "Em março, usurpando uma competência do Legislativo, o plenário do STF criou parâmetros para o pagamento das chamadas verbas indenizatórias que, na prática, elevaram o limite remuneratório dos servidores do Judiciário e do Ministério Público de R\$ 46,4 mil, correspondente ao salário dos ministros da Corte, para até R\$ 78,8 mil. Ou seja, o STF transformou em piso aquilo que os constituintes definiram como teto da remuneração de todo o funcionalismo público.

Além de inconstitucional, a decisão foi acintosa". E conclui: "Ao ameaçar presidentes de tribunais com a destituição do cargo por suposto descumprimento de um teto que o próprio Supremo tornou letra morta, os ministros ignoram deliberadamente sua parcela de responsabilidade por essa desmoralização".

Independentemente do juízo que cada leitor faça sobre essas afirmações, é impossível ignorar um fato: quando uma instituição é percebida como contraditória entre o discurso e a prática, sua autoridade moral sofre desgaste. E esse desgaste produz consequências que vão muito além do impacto financeiro provocado pelos chamados penduricalhos. Ele alimenta o descrédito institucional e fortalece narrativas populistas de ruptura, sempre perigosas para a democracia.

Em resumo, parcela expressiva da sociedade já não recebe com a mesma confiança as manifestações de ministros do STF contra os privilégios remuneratórios do próprio Judiciário. Para muitos brasileiros, essas declarações soam como um discurso sem correspondência com os fatos. O Brasil precisa de um Supremo forte. Mas forte em autoridade moral, e não apenas em poder formal. Forte na capacidade de arbitrar, não de protagonizar. Forte no respeito rigoroso à

Constituição, e não em interpretações moldadas pelas conveniências do momento político.

A recuperação da credibilidade do STF exige autocritica. Exige moderação, transparência, previsibilidade e autocontenção. Exige o resgate da tradição de sobriedade que sempre caracterizou os grandes tribunais constitucionais. A toga não foi concebida para o aplauso das plateias nem para o embate político cotidiano. Foi concebida para servir à Justiça.

Quando o poder se fecha sobre si mesmo, a democracia adoce. Quando a autoridade se enfraquece, o risco institucional aumenta. E quando o cidadão deixa de confiar em suas instituições, o custo para o País torna-se imensurável.

Tenho profundo respeito pelo Supremo Tribunal Federal como instituição essencial da República. Justamente por isso, preocupo-me constatar que a própria Corte, ainda que involuntariamente, vem contribuindo para a formação de um ambiente de crescente desconfiança. Preservar a autoridade do STF não é um interesse corporativo de seus ministros. É uma necessidade vital para a estabilidade institucional e para a saúde da democracia brasileira. ●

JORNALISTA.
E-MAIL: DIFRANCO@ISE.ORG.BR

O Estado de São Paulo

Caixa reconhecerá renda de motorista e entregador de aplicativos como formal

BRASÍLIA

A Caixa Econômica Federal vai reconhecer como formal a renda de motoristas e entregadores de aplicativos, facilitando acesso a produtos oferecidos pelo banco, como crédito imobiliário.

Segundo a instituição financeira, a comprovação de renda será feita com base nos extratos de recebimentos oferecidos pelas próprias plataformas e que antes eram considerados renda informal.

Com a mudança, os trabalhadores dessas plataformas poderão ter acesso a serviços e produtos do banco que se adaptem à sua capacidade de pagamento.

O banco afirma que, embora esses profissionais já pudessem comprovar renda e acessar produtos financeiros, a formalização "permite uma análise ainda mais completa da sua capacidade de pagamento, possibilitando à Caixa oferecer soluções mais alinhadas ao perfil financeiro de cada cliente".

Nos últimos meses, o governo tem feito esforços para se aproximar deste público. Em maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o programa Move Brasil Táxi e Aplicativos, que estabelece uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões para financiar compra de carros novos e sustentáveis (flex, híbridos ou elétricos) com preço até R\$ 150 mil por motoristas de aplicativo e taxistas.

O anúncio ocorreu após o governo sofrer uma derrota ao não conseguir aprovar no Congresso a regulamentação da atuação dos trabalhadores por aplicativo. A intenção é ter o setor – considerado próximo do bolsonarismo – próximo a Lula nas eleições.

CONTINGENTE. Conforme dados da Pnad Contínua do IBGE, o Brasil conta com cerca de 1,7 milhão de trabalhadores vinculados a plataformas digitais. Desse total, aproximadamente 66,9% atuam no transporte de passageiros (carros e motos) e cerca de 29,3% trabalham com a entrega de comida e mercadorias.

Força de trabalho
IBGE aponta que há hoje
1,7 milhão de trabalhadores
vinculados a alguma
plataforma digital

O setor de entregas de comida, mercado e produtos movimentava cerca de R\$ 97 bilhões na atividade econômica nacional, de acordo com dados de mercado.

Já no caso dos passageiros, estudos recentes apontam que marcas líderes, como a Uber, chegam a movimentar mais de R\$ 75 bilhões na economia do país em um único ano.

Atualmente, o Congresso discute o Projeto de Lei Complementar (PLP) 152/2025, que tenta criar um marco legal para os trabalhadores desse segmento. ● a.a.

Jornal Atos

JORNAL ATOS

18 DE JULHO DE 2026 | 3

Após bloqueio de R\$ 9 milhões, Caraguá destaca que emendas do PL são de Aguilar

Valor é parte dos R\$ 23 milhões identificados pelo Supremo Tribunal Federal; dinheiro era proveniente de emendas parlamentares encaminhada pelo presidente do partido, Valdemar da Costa Neto

Da Redação
Caraguatatuba

A Prefeitura de Caraguatatuba identificou, na quinta-feira (16), o bloqueio de cerca de R\$ 9 milhões em contas vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde. Segundo a administração municipal, a restrição foi aplicada pelo Fundo Nacional de Saúde em cumprimento a uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) relacionada a uma investigação da Polícia Federal sobre emendas parlamentares que envolvem o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto.

De acordo com a Prefeitura, uma análise preliminar mostra que as emendas associadas ao caso somam aproximadamente R\$ 23 milhões e foram recebidas e executadas em 2024, durante a gestão do ex-prefeito Aguilar Junior (PL). Desse montante, R\$ 16,5 milhões tiveram como destino a Organização Social João Marchesi, responsável pela

gestão de serviços de saúde no município, enquanto R\$ 6,5 milhões foram repassados ao Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, mantenedor da Casa de Saúde Stella Maris.

O secretário de Saúde e vice-prefeito Sérgio Braz (Podemos) ressaltou que a atual administração não participou da indicação, do recebimento nem mesmo da destinação desses recursos. "Os valores foram recebidos em junho de 2024 e gastos naquele mesmo ano pela administração Aguilar".

Braz informou que os valores que hoje estão bloqueados não correspondem às verbas utilizadas em 2024 e que possuem origem diferente. "A secretaria de Assuntos Jurídicos já adotou medidas administrativas e judiciais para tentar reverter o bloqueio. O objetivo é comprovar a origem dos recursos atualmente depositados nas contas do Fundo Municipal de Saúde, garantir a liberação dos valores e evitar



Aguilar Junior e o presidente do PL Valdemar da Costa Neto; Justiça bloqueou R\$ 9 milhões por emendas

prejuízos à continuidade dos atendimentos prestados à população".

Além das ações para desbloqueio das contas, o Município determinou a realização de

um levantamento técnico para revisar toda a movimentação financeira, a aplicação dos recursos e a prestação de contas das emendas parlamentares recebidas ao longo de 2024.

O caso ocorre em meio à investigação conduzida pela Polícia Federal sobre um suposto esquema de direcionamento de emendas parlamentares. As apurações

colocam Caraguatatuba e Ubatuba entre os municípios citados no inquérito que investiga a atuação do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

Conforme a investigação, mesmo sem exercer mandato eletivo, Valdemar Costa Neto teria participado da definição dos municípios beneficiados, dos valores destinados e das áreas contempladas pelas emendas federais. A Polícia Federal também apura a suspeita de que parlamentares figuravam como autores formais das indicações, enquanto as decisões sobre a distribuição dos recursos seriam tomadas por terceiros.

Os documentos reunidos pela investigação apontam o envio de R\$ 23 milhões em emendas para a área da saúde de Caraguatatuba e outros R\$ 7 milhões para Ubatuba. O inquérito segue em andamento, e até o momento não há decisão judicial definitiva sobre as responsabilidades dos investigados.

Jornal Atos

Operação Caraguá Segura tem vistoria a carros, flagrantes e até 300g de cocaína apreendidos

Ação registra três prisões e a recuperação de veículo; operação faz parte do novo programa municipal

■ Nayara Francisco
Caraguatatuba

Forças de segurança e equipes de fiscalização foram mobilizadas em Caraguatatuba para realização da Operação Caraguá Segura. As ações contaram com fiscalização de trânsito, abordagens, averiguação veicular, combate à criminalidade e vistoria de estabelecimentos.

De acordo com a Prefeitura, a primeira etapa teve a participação das equipes da Polícia Militar, com a Força Tática e Batalhão de Ações Especiais de Polícia, e Polícia Rodoviária, que incluíram ações de blitz de fiscalização e operação com bafômetro. Foram vistoriados 35 veículos, sendo 21 automóveis e 14 motocicletas, com abordagem de 69 pessoas, segundo o Comitê de Segurança do Programa Caraguá Segura. Na fiscalização de trânsito foram registrados 24 AITs (Autos de Infração de Trânsito), com o recolhimento de um veículo.

Equipes da Força Tática e do Baep também atuaram no bairro Perequê-Mirim,

com apoio de drones para fiscalização aérea. A atuação resultou em três prisões e na condução de um indivíduo por descumprimento de medidas cautelares determinadas pelo Poder Judiciário.

Entre as ocorrências registradas, houve uma prisão em flagrante por tráfico de drogas, com apreensão de 335,86 gramas de cocaína e R\$ 531 em espécie. As equipes também recuperaram um veículo que foi furtado.

A segunda etapa contou com equipes formadas por policiais militares, civis, guardas civis municipais, fiscais das secretarias da Fazenda e de Urbanismo, membros da Vigilância Sanitária da secretaria de Saúde, além de conselheiras tutelares, que estiveram em pontos diferentes da cidade para fiscalização de adegas.

Um estabelecimento na rua Guarulhos, no Centro, que já havia sido alvo por funcionamento fora do horário permitido, foi novamente visitado, porém, de acordo com a equipe, já estava fechado à meia-noite. Outro local autuado foi um bar-mercearia, na



Vistoria realizada por agentes de segurança em estabelecimento, durante Operação Caraguá Segura

rotatória dos bairros Aruan e Poiões, que apresentava condições sanitárias insalubres e funcionava além do horário permitido.

Dois adegas, na avenida José da Costa Pinheiro Júnior, que passa pelos bairros Travessão e Perequê-Mirim, foram autuadas por funcionamento após meia-noite. Uma delas também comercializava alimentos irregularmente,

além de maços de cigarro sem registro, venda de bebidas fracionadas e cigarros eletrônicos. No Morro do Algodão, à avenida Guilherme de Almeida, em frente à Praça do Cruzeiro, foi realizada uma vistoria em uma adega onde havia maços de cigarros e perfumes sem procedência, e cigarros eletrônicos, proibidos por lei. Um homem que responde por homicídio e que

descumpria medida cautelar por não poder permanecer na rua após as 22h foi conduzido à Delegacia de Polícia.

Caraguá Segura – Foi decretado, no início do mês de julho, o Programa Caraguá Segura. Segundo a Prefeitura de Caraguatatuba, o objetivo é estabelecer uma estrutura para integrar ações de segurança pública, ordem urbana, fiscalização e proteção social.

O decreto, publicado no último dia 3, especifica o uso de instrumentos tecnológicos no programa, como centros de monitoramento, sistemas de videomonitoramento, drones, câmeras inteligentes, reconhecimento óptico de placas, entre outras tecnologias para auxiliar durante as operações.

De acordo com o decreto, ações estratégicas serão permanentes ou periódicas através da Operação Bairro Seguro, Operação Escola Segura, Operação Orla Segura, Operação Cidade Limpa, Operação Comércio Legal, Operação Perturbação do Sossego, Operação Versão Seguro, Operação Contra Ocupações Irregulares, Operação Patrimônio Público, além de outras que serão definidas.

O Comitê de Segurança é coordenado pela secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, e integrado a outras novas secretarias, além do Conselho Tutelar e Defesa Civil. As polícias Militar, Civil, Rodoviária, Ambiental e Federal, Ministério Público e Poder Judiciário também fazem parte do Comitê.

Veículos

Litoral em Pauta
Expressão Caiçara



Câmara de Caraguatatuba conclui primeira etapa de convocação dos aprovados em concurso público 📄👉

Chamada inicial mobilizou 15 candidatos para a entrega de documentos de sete cargos efetivos da estrutura administrativa do Legislativo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo

Pé na Areia News Litoral Norte

RUA DA Família
ESPORTE, CULTURA E LAZER
PARA TODA A FAMÍLIA!

19 DE JULHO (DOMINGO)
DAS 8H ÀS 12H
AVENIDA DA PRAIA - CENTRO

ATRAÇÕES:

- ✓ XADREZ GIGANTE
- ✓ TROCA DE FIGURINHAS DA COPA
- ✓ JOGOS DE TABULEIRO
- ✓ BADMINTON
- ✓ EXPERIÊNCIA DE BASQUETE
- ✓ APRESENTAÇÃO DE HAPKIDO
DAS 9H ÀS 11H
- ✓ FEIRA DE ARTESANATO E
ECONOMIA CRIATIVA

ATENÇÃO, MOTORISTAS!
TRECHO INTERDITADO:
Av. Prestes Maia até Rua Eng. João Fonseca
(sentido Centro - Martim de Sá)

GUARDA CIVIL MUNICIPAL E AGENTES DE TRÂNSITO
NO LOCAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE TODOS!

**VENHA CURTIR, SE
EXERCITAR E APROVEITAR
COM QUEM VOCÊ AMA!**

Mais saúde, lazer e qualidade de vida!

🎉 Domingo é dia de Rua da Família em Caraguatuba! 🌴 👨👩👧👦

Neste domingo (19), das 8h às 12h, a Avenida da Praia (Centro) recebe mais uma edição da Rua da Família, com atrações gratuitas para todas as idades.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Pé na Areia News Litoral Norte
Fala Caraguá



🐶❤️ Um novo melhor amigo pode estar esperando por você!

Neste sábado, participe da Feira de Adoção de Cães em Caraguatatuba e transforme a vida de um pet que busca um lar cheio de amor.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Notícias do Litoral Norte

Jornal Agora Litoral Norte

Fala Caraguá



Caraguatatuba reorganiza UPA Centro e reduz tempo de atendimento de pacientes de baixa complexidade

A Prefeitura de Caraguatatuba reorganizou o modelo de atendimento “Fast Track” na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Centro. Desde o início de julho, o fluxo passou a concentrar, em um mesmo ambiente, a classificação de risco, a consulta médica e a administração de medicamentos para pacientes de menor complexidade, com o objetivo de reduzir o tempo de permanência nas unidades.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Caraguatatuba inaugura Centro de Atendimento ao Migrante; prefeitura amplia acolhimento e acesso a direitos

A Prefeitura de Caraguatatuba inaugurou, na última quinta-feira (16/7), o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), novo equipamento público criado para acolher, orientar e apoiar pessoas em situação de migração, trânsito ou vulnerabilidade social.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Litoral em Pauta



Módulo inicia curso de Medicina em Caraguatatuba neste segundo semestre de 2026 🤯✨

Com conceito máximo do MEC, nova graduação abre 60 vagas anuais e terá práticas nas Santas Casas da região.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Litoral em Pauta
Ubatuba Times



Parque do Juqueriquerê abre inscrições para programa de voluntariado 🙌😊

A iniciativa busca pessoas com mais de 18 anos interessadas em contribuir com ações de conservação ambiental, educação ambiental, pesquisa, turismo sustentável e atendimento aos visitantes da unidade de conservação.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Ubatuba Times



Questionário on-line da Avaliação Psicossocial dos servidores da Prefeitura de Caraguatatuba termina dia 31

A Prefeitura de Caraguatatuba promove a Avaliação Psicossocial dos servidores públicos até dia 31 de julho, no site <https://encurtador.com.br/vuiV>, por meio de um questionário on-line (Copenhagen Psychosocial Questionnaire Terceira Versão – COPSQ-III). As respostas são anônimas e tratadas de forma agregada, sem identificação individual.

No momento do acesso, o CPF é solicitado exclusivamente para evitar duplicidade de respostas. Não será utilizado para nenhuma forma de identificação pessoal.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

TV Câmara de Caraguatatuba



VAGAS DISPONÍVEIS NO PAT - 20.07.26

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Caraguatatuba conta com 111 vagas para cargos diversos.

Os interessados devem munir de documentos e comparecer no PAT ou CATE.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte

Veículo
Notícias das Praias



Tenista de Caraguatatuba, Igor Marcondes, enfrenta italiano no qualificatório da Finlândia

O tenista de Caraguatatuba, Igor Marcondes, 324º no ranking mundial, atleta da ADK Tennis, de Itajaí(SC), começou bem no Challenger 75 de Tampere, na Finlândia. Marcondes venceu ontem, domingo(19), a primeira partida do qualificatório disputada no saibro, derrotando o polonês Alan Wazny, 867º do mundo por dois sets a um, parciais de 7/5, 4/6 e 6/0, em partida que durou 1h56.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículos
Diário Caiçara
Rock News Litoral



Duas mulheres são flagradas vendendo drogas no Perequê-Mirim, em Caraguatatuba

Duas mulheres foram presas em flagrante por tráfico de drogas na região sul de Caraguatatuba. As prisões foram feitas por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) em duas ocorrências diferentes, ambas no bairro Perequê-Mirim.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



AFOGAMENTO EM PRAIA 🌊

O que era para ser um dia de lazer quase terminou em tragédia no litoral norte.

Duas crianças foram arrastadas pela correnteza e o pai entrou no mar para tentar salvá-las, mas também começou a se afogar.

O desfecho da ocorrência só não foi pior por causa da atitude corajosa de uma pessoa que estava no lugar certo, na hora certa.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagens Passadas

17.07.2026

Reportagem no Bom Dia Vanguarda

Pauta: Festival do camarão de Caraguatatuba começa hoje (16)



Assista a reportagem completa [aqui](#).

17.07.2026

Reportagem no Link Vanguarda

Pauta: Três pessoas foram resgatadas de afogamento em Caraguatatuba



Assista a reportagem completa [aqui](#).

16.07.2026

Reportagem no programa Band Cidade - 1ª Edição



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

19.02.2026

Reportagem com o vereador Marcelo Pereira, para TV Câmara de Caraguatatuba

Pauta: CONTRATO EMERGENCIAL COLOCA NOVA EMPRESA NA LIMPEZA URBANA DE CARAGUATATUBA



Assista à reportagem completa [aqui](#).